

O ensino não-oficial na 1.^a República — «A Voz do Operário» (*)

DAVID TAVARES (**)
MANUEL PIMENTA (**)

1. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DA ÉPOCA

O presente trabalho irá debruçar-se sobre um período histórico marcado por uma profunda agitação social e conflito político, e sobre uma sociedade na qual a fase de desenvolvimento em que se encontrava o capitalismo e a economia exigiam da escola mais um esforço da sua função ideológica, no sentido de garantir um controlo social mais eficaz, do que um reforço da sua função técnica. Neste sentido, pensamos que um posicionamento teórico de carácter funcionalista, ao considerar a escola como uma agência neutra que serve para transmitir os «valores fundamentais» e as aptidões técnicas, se revela ineficaz para captar o essencial do que, na nossa opinião, estava «em

jogo» no conturbado período da 1.^a República.

Efectivamente, pensamos que para equacionar correctamente os problemas da educação não podemos cair no erro de isolar a escola do contexto mais vasto em que ela se insere, e não podemos deixar de a considerar como um instrumento privilegiado de domínio de classe cuja função principal é ideológica.

De facto, é num contexto socio-político e económico muito complexo (conjunturalmente agravado pelas crises económicas mundiais) (1) que surgem os grandes debates em torno das questões da educação, sendo a escola, e as questões que lhe estavam associadas, foco de intensos conflitos entre os vários grupos políticos que procuravam exercer a sua influência sobre esta poderosa instituição.

A implantação da República provocou algumas transformações na economia e na sociedade portuguesa que, no entanto, se materializaram lentamente, no meio de muitos conflitos e enfrentando fortes resistências estruturais. À semelhança de outras

(*) «O ensino não-oficial na 1.^a República» é uma pesquisa empírica, na qual trabalharam David Tavares, Domingos Vaz, Manuel Pimenta e Marina Pereira, cujas conclusões foram apresentadas nas «Jornadas — Portugal século XX» realizadas por iniciativa do Núcleo de Estudos — Portugal século XX (Centro de Estudos de Sociologia — I.S.C.T.E.) nos dias 8 e 9 de Novembro de 1985.

(**) Licenciados em Sociologia pelo I.S.C.T.E.

(1) Grande Guerra de 1914-1918 e crise internacional de 1920-1922.

questões os problemas da educação estiveram no centro de muitos conflitos, e as reformas republicanas não lograram geralmente alcançar os seus objectivos, umas vezes devido a carências financeiras, outras por impossibilidade de transpor determinadas resistências estruturais. Na fase específica de desenvolvimento em que se encontrava o capitalismo português não era possível conciliar as posições dos diferentes sectores sociais face à educação.

Entre os diversos sectores da classe dominante existiam duas posições distintas: uma, mais retrógrada e própria dos sectores ultra-conservadores, nomeadamente a burguesia rural, defendia a «estratégia do analfabetismo»; outra, mais característica da burguesia industrial, de uma classe capitalista ascendente, e de sectores da pequena e média burguesia urbana (base social de apoio republicano) concebia a escola, por um lado, como um meio de controlo social capaz de disciplinar as massas e, por outro, capaz de aperfeiçoar e transformar a sociedade e de contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento do indivíduo bem como a sua integração social.

Neste último campo situavam-se aqueles pedagogos republicanos, herdeiros do pensamento liberal⁽²⁾, que se esforçaram por formular um ideário pedagógico e por empreender reformas que tornassem a educação mais humanista e igualitária. Exponente máximo da pedagogia republicana foi João de Barros para quem as reformas a implementar deveriam «... ajudar, estimular e proporcionar o advento de uma sociedade nova, equilibrada e forte, e principalmente livre de tudo o que no passado representou inconsciência, retrocesso, covardia» (in Sampaio, 1975).

(2) Segundo a perspectiva liberal a educação deve obedecer aos seguintes princípios: ser igualitária; factor de desenvolvimento; e de promoção e integração dos indivíduos na sociedade.

O desenvolvimento industrial do País era precário — estava numa fase embrionária se comparado com outros países europeus — com predomínio da pequena e média empresa que empregavam escasso número de operários⁽³⁾ e que não requeriam grande qualificação do ponto de vista profissional. Neste contexto não admira que certos sectores, mesmo alguns patrões da indústria, manifestassem alguma apreensão em relação às teses dos pedagogos republicanos e consequente desenvolvimento da escolaridade de massas, por recearem que a alfabetização pudesse contribuir para a difusão da «propaganda subversiva» e incremento da agitação social.

Se admitirmos que a escola desempenha essencialmente duas funções — uma técnica e outra ideológica — não podemos deixar de reconhecer, face ao estado em que se encontrava a indústria e a economia portuguesa, que qualquer transformação a introduzir no sistema de ensino iria privilegiar a segunda daquelas funções em detrimento da primeira. Efectivamente, se havia uma prioridade no domínio da educação claramente assumida pelos dirigentes republicanos ela era, sem dúvida, de carácter ideológico e implicava «republicanizar a escola, fazer educação republicana», isto é, laica, democrática e nacionalista.

No âmbito do movimento operário podemos igualmente referenciar duas posições diametralmente opostas: uma, claramente minoritária, defendia que primeiro se devia fazer a revolução e só depois se poderia pensar na educação das massas; outra, mais

(3) Apesar da pequena dimensão do sector industrial e do número de operários não ser grande o movimento operário tinha uma grande capacidade para pôr em causa as instituições e o Estado porque conseguiu «ganhar para a acção directa os trabalhadores dos principais serviços urbanos e os ferroviários». Cabral, M. Villaverde, *Portugal na Alvorada do Séc. XX*, Porto, Regra do Jogo, 1979, p. 402.

difundida e maioritária dentro da C.G.T. (4), considerava a educação como a «alavanca do progresso» e defendia que com analfabetos não era possível fazer a revolução e, portanto, devia primeiro educar-se o povo dando-lhe uma preparação mental, moral e técnica.

Se bem que as perspectivas republicana e operária sobre a educação fossem substancialmente diferentes não deixa de ser curioso o facto de ambos acreditarem piamente nas potencialidades da escola e da educação para a transformação e progresso social. Aliás, não podemos deixar de registar a atitude de expectativa com que a organização operária aguardou as primeiras reformas republicanas no domínio da educação.

A posição operária foi endurecendo progressivamente à medida que o conflito social se agudizava e, através da luta, o operariado despertava como força social e adquiria consciência da sua capacidade de contestação das instituições. É então que a questão da auto-educação começa a adquirir particular importância, numa época em que urgia reforçar a tomada de consciência o que implicava uma recusa e uma demarcação dos modelos culturais impostos pelos grupos sociais dominantes.

Durante o período da 1.ª República assistiu-se a um incremento extraordinário das associações operárias, jornais operários, bibliotecas, escolas e outras iniciativas (5) tendentes a reforçar o movimento operário, as suas ideias e a mobilizar as massas em torno de um projecto de sociedade alternativa. No âmbito destas iniciativas a fundação de escolas ligadas aos sindicatos assumia particular relevância visto que o ataque ao anal-

fabetismo constituía uma grande prioridade a par da necessidade de ministrar um ensino alternativo que criasse nos trabalhadores «... capacidade técnica e administrativa, uma consciência social e uma indispensável ideologia revolucionária» (6).

Mas se a luta por uma educação popular não era nova, sem dúvida alguma que esta questão jamais havia sido posta com tanta veemência, e jamais se tinha feito um esforço tão grande no sentido de sistematizar um conjunto de ideias e um programa educativo alternativo, bem como a sua subsequente concretização prática.

Não podemos deixar de relacionar esta atitude do movimento operário face à educação com a conjuntura política e económica que então se vivia, nomeadamente com o conflito político-social e com as condições de vida do operariado.

Estes são dois factores essenciais a ter em conta quando pretendemos entender as razões que terão levado a C. G. T. e os intelectuais operários a defender e implementar um sistema de ensino alternativo ao sistema oficial.

No plano do conflito social tratava-se de alargar a luta ao campo ideológico superando a reivindicação meramente económica, que era o motivo mais frequente da luta e da reivindicação operária. A educação era a «arma ideológica» de que o trabalhador carecia para enfrentar com sucesso a sociedade burguesa e o Estado, era mesmo condição *sine qua non* da revolução social.

Subjacente à alternativa educativa preconizada pela C. G. T. estava a intenção muito clara de aprofundar e estimular a consciência e a cultura operária, o que jamais seria possível através da escola oficial. Esta não servia os interesses dos trabalhadores porque através dela se formava «... o

(4) Confederação Geral do Trabalho, fundada em 1919 e maioritariamente anarco-sindicalista.

(5) De entre estas merece especial destaque a actividade da Universidade Popular Portuguesa cuja actividade principal consistia na realização de conferências sobre diversos temas.

(6) In II Congresso Operário Nacional promovido pela C. G. T., em 1925.

espírito militarista, o capitalismo, a submissão ao Estado e o respeito estúpido ao patrão explorador» (in *A Batalha*, 16-2-1920). Nesta afirmação está presente uma clara consciência da função de inculcação ideológica desempenhada pela escola oficial. Mas, ao criticar a escola oficial afirmando que a «engrenagem do Estado abafa, atrofia» torna-se evidente que, para além da inculcação da ideologia burguesa, aquela escola procura também recalcar e aniquilar a ideologia proletária.

A organização operária defendia a educação racional contra a «educação clerical que molda o cérebro humano ao servilismo, à mentira religiosa» e contra o «ensino laico que faz da criança um obsecado pela ideia política de democracia». A escola deveria ser um meio social experimental, anulando a oposição teoria-prática e desenvolvendo o espírito crítico; paralelamente deveria recusar os métodos de educação tradicional: recompensas, sanções, concorrência, reprimendas, etc. Por outro lado, deveria contribuir para a afirmação da cultura operária e, através da sua componente prática, prepararia os «... alunos para melhor compreender a questão operária (...) aquele que ignora o trabalho das mãos é incapaz de formular um juízo sobre as reivindicações operárias e de apreciá-las pelo seu valor» (Lima, 1933, p. 363).

O outro aspecto sobre o qual não podemos deixar de reflectir para entender esta problemática da educação popular é o das condições de vida do operariado. Estas condições eram extremamente precárias, sem dúvida alguma das mais baixas da Europa, obrigando a uma árdua luta quotidiana pela sobrevivência. A jornada de trabalho atingia por vezes as 14 horas diárias, e as dificuldades do lar operário levavam as crianças desde muito cedo a trabalhar nas fábricas.

Muitos operários não só eram analfabetos como completamente alheios às «coisas das letras», e não manifestavam grande interesse pelo ensino, numa época em que não existia

ainda a miragem da promoção social através da escola.

É neste quadro de vida extremamente adverso que devemos entender os insistentes apelos da imprensa operária em prol da educação popular e o importante esforço feito pelos sindicatos e outras associações operárias no sentido de criarem escolas destinadas aos operários e, sobretudo, aos seus filhos.

2. OBJECTO DE ESTUDO E METODOLOGIA UTILIZADA

Em 30 de Outubro de 1910, a propósito do 27.º aniversário da Voz do Operário, pode ler-se no jornal da respectiva sociedade:

«... Instruir, finalmente é caminhar para o futuro, para a paz universal, para a organização de uma nova sociedade em que os farrapos da miséria não tenham de esbarrar de contínuo com a opulência insultante dos parasitas, em que os explorados não sejam as vítimas imoladas pelos exploradores. E tem sido essa, de todas as missões desempenhadas pela nossa sociedade, a página mais aureoluzente.»

O objecto de estudo que faremos incidir neste texto prende-se, com o ensino na «Voz do Operário» até ao fim da I República. Procuraremos fornecer elementos (ainda pouco estudados actualmente que permitem dar conta da dimensão que atingiu o ensino na «Voz» por um lado, e, por outro, analisaremos a sua essência com vista a questionar o seu carácter alternativo.

Desde logo, a questão central que nos anima no presente estudo é a avaliação das alternativas, explícitas ou implícitas, existentes nas escolas da sociedade «Voz do Operário» em relação ao ensino oficial.

Se constitui um dado adquirido o combate da «Voz do Operário» ao analfabe-

tismo⁽⁷⁾, sobretudo em relação aos filhos dos operários, é mais passível de discussão e análise, a questão das alternativas (reais) relacionadas com os métodos pedagógicos e com a transformação futura da sociedade. Não deixaremos, pois, de analisar o alcance e os limites da «V. O.» no tocante ao modo de formulação dos problemas e da sua prática pedagógica.

O método utilizado assenta basicamente na recolha e análise de material documental incluindo a leitura da imprensa da época⁽⁸⁾. A análise documental visou a recolha do máximo possível de elementos acerca do ensino na «Voz do Operário» e da importância que este adquiria no global da Sociedade (Voz do Operário) por um lado, e, por outro, o exame das críticas ao sistema escolar do Estado por parte das diversas organizações operárias bem como as propostas concretas que eram avançadas normalmente em congressos. Naturalmente, não deixamos de fazer referência ao debate existente na época em redor das ideias pedagógicas.

Numa fase mais adiantada da pesquisa, utilizámos a técnica da entrevista. A aplicação da entrevista possibilitou, acima de tudo, suprir deficiências detectadas na análise documental e permitiu, depois de realizada, obter informações suplementares, esclarecer dúvidas e confirmar hipóteses. A entrevista foi feita à professora Maria Augusta que esteve ligada à «Voz do Ope-

rário» durante 50 anos, foi aluna do grande pedagogo Adolfo Lima e pôde testemunhar todo o processo histórico relacionado com o ensino na «Voz bem como o debate realizado nessa época em torno da pedagogia.

3. A DIMENSÃO DO ENSINO NA «VOZ DO OPERÁRIO»

A educação não oficial em Portugal ligada, de uma forma ou outra, ao movimento operário sofreu um grande incremento entre o final do século passado e o período republicano, tendo sido fundadas dezenas de escolas (a maioria delas ligadas ao movimento sindical de tendência anarco-sindicalista) e bibliotecas.

A razão deste incidir apenas na «V. O.» prende-se, sobretudo, com a importância ímpar em termos de dimensão atingida pelas escolas desta Sociedade que, apesar de nunca terem sido escolas-modelo, foram, sem dúvida, a maior «instituição» escolar não oficial, ligada ao movimento operário, que existiu em Portugal.

As escolas da «V. O.» são propriedade da Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário, que é fundada em 1883 com o objectivo principal de publicar um jornal que «seja o porta-voz dos manipuladores de tabaco e do operariado em geral». Além deste, dois outros objectivos estão presentes desde a fundação da Sociedade e que se prendem com a assistência aos sócios⁽⁹⁾ e com a educação.

A Sociedade estruturava-se em quatro sectores básicos: sector administrativo, escolar, tipográfico e funerário. Apesar de possuir receitas próprias provenientes sobretudo dos sectores tipográfico (anúncios no

(7) Embora estivesse restringida ao centro urbano de Lisboa, a «V. O.» chegou a ter 74 escolas e 3500 alunos como veremos no capítulo em que apresentaremos mais detalhadamente dados numéricos respeitantes ao ensino na «V. O.».

(8) Aqui, convém abrir um parêntesis para alertar acerca da grande dificuldade (e por vezes impossibilidade) em adquirir documentos que se nos afigurassem de grande importância para este estudo. Isto prende-se com a falta de meios financeiros da «V. O.» para organizar a sua riquíssima biblioteca.

(9) Com um carácter mutualista, que engloba, sobretudo, a assistência social médica e funerária bem como um fundo de maneo para os operários sinistrados, despedidos, etc.

jornal, etc.) e funerário (serviços para o exterior), a grande fonte de receita da Sociedade sempre foi, naturalmente, a proveniente das quotas pagas pelos sócios⁽¹⁰⁾, que não pararam de aumentar desde a fundação, atingindo os 70 000 sócios no decorrer da década de 1920 (Piteira Santos, 1981). No final do período republicano a Sociedade contava com cerca de 62 000 sócios, segundo o jornal *Voz do Operário*.

Conforme se deduziria do próprio nome (Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário), a instrução surge como tarefa fundamental a desenvolver, e oito anos após a sua fundação (11 de Outubro de 1891), a «Voz do Operário» inaugura a 1.ª escola que era gratuita, destinada aos filhos dos sócios (preferencialmente dos mais antigos) de sexo masculino cuja idade se situasse entre os 7 e os 9 anos. A escola funcionava todos os dias, excepto domingos e feriados, entre as 9 horas e as 14 horas.

A dimensão quantitativa que a actividade escolar atingiu na «Voz do Operário» é surpreendente para a época. Com efeito, três anos volvidos (1894) esta Sociedade já possuía três escolas, em 1906 69 escolas e no início do período republicano 76 escolas onde estudavam 3500 alunos, sendo 718 propostos a exames oficiais.

No entanto, das 76 escolas da «V. O.», apenas quatro eram privativas, sendo 72 escolas designadas «de contrato», que eram escolas privadas já existentes, onde a «Voz do Operário» matriculava os seus alunos mediante o pagamento de uma quota⁽¹¹⁾. Assim, a grande maioria do ensino da «Voz

do Operário» era ministrado em escolas de contrato, e a sua dimensão surge muito ligada a este tipo de escolas. Se em relação ao problema da alfabetização, a questão inicial continua inalterável uma vez que tanto nas escolas privativas como «de contrato» o objectivo era instruir (alfabetizar) estudantes oriundos da classe operária (como o eram os filhos dos sócios da Sociedade), em relação ao problema da educação, que tem mais a ver com a esfera do moral e da formação de uma consciência social, torna-se imprescindível tentar averiguar o funcionamento das escolas de contrato para verificar o grau de controlo pedagógico que a Sociedade exercia sobre as referidas escolas a partir da «escola-sede». Os elementos que possuímos, de momento, não nos permitem analisar, de forma rigorosa, esta questão embora possamos fornecer algumas pistas para posterior reflexão.

Pensamos que é natural que uma escola ligada a uma Sociedade com objectivos próprios em relação ao ensino e aos métodos pedagógicos se esforce minimamente por exercer o maior controlo possível sobre todas as escolas pelas quais é responsável, e a comprovar esta ideia está a constatação da existência de fiscais escolares que tinham a missão de fiscalizar, sobretudo, as escolas de contrato, e a obrigatoriedade de apresentação de relatórios detalhados⁽¹²⁾ acerca do ensino ministrado nestas escolas. Por outro lado, pensamos que é necessário ponderar a grande dificuldade que seria controlar 72 escolas, que nem sequer eram dirigidas pela «V. O.», através de uma estrutura interna relativamente débil de uma Sociedade em relação à sua dimensão, e neste sentido convém ter em conta a crítica de Raul Esteves dos Santos (dirigente da «Voz do Operário» nos anos 30) às escolas de contrato

⁽¹⁰⁾ 95,7% da receita total em 1900; 88,2% em 1910; 91,2% em 1920 e 92,2% em 1925. Em 1920 o valor proveniente das quotas dos sócios era de 104 970 escudos.

⁽¹¹⁾ Daí que os Relatórios de Contas da Voz do Operário se referem a «ordenados» quando se trata de professores privativos e a «mensalidades» quando se referem a professores de contrato.

⁽¹²⁾ Infelizmente este material não se encontra arquivado, pois seria uma fonte documental importante.

que, em alguns casos, «funcionavam em condições absolutamente condenáveis, qual quer que seja o aspecto sob que as encaremos) (Esteves dos Santos, 1933), concluindo este autor pela necessidade de tentar ao máximo de substituir escolas de contrato por privativas, especialmente nas sedes dos sindicatos, colectividades, centros republicanos, etc. Talvez de forma sintética, a professora Maria Augusta diria na entrevista que «estas escolas fugiam um pouco do controlo pedagógico da «Voz», embora obedecessem no geral às directrizes da Sociedade».

Dada a ausência de elementos que permitam avaliar com rigor o grau de controlo exercido pela «V. O.» sobre as escolas de contrato, pensamos ser metodologicamente correcto colocar algumas dúvidas acerca da aplicação dos métodos pedagógicos ensaiados na «V. O.» a todos os seus alunos. No entanto, continuamos a enaltecer o grande esforço que esta Sociedade (marcadamente operária e directamente ligada a um estrato do operariado importante na época — os manipuladores de tabaco) desenvolvia em prol da instrução na convicção que a luta futura travada pelo movimento operário, só teria êxito com a diminuição do analfabetismo e transformações graduais dos métodos e modelos pedagógicos. Como resultado desse esforço, a despesa anual do sector escolar situava-se normalmente entre os 36% e os 38% do total da despesa da Sociedade (38,7% em 1899; 37% em 1909; 36,1% em 1925) atingindo em 1925 a quantia de 321 379\$12. As receitas da «V. O.» através do ensino começaram por ser nulas (ensino gratuito) mas com a dimensão que começou a atingir (superior ao que se calculava inicialmente) estabeleceram-se quotas suplementares para os sócios que tivessem posses para as pagar bem como um fundo auxiliar de instrução. No entanto, a receita que a «V. O.» obteve com a educação dava para cobrir apenas um décimo da despesa do mesmo sector, e equivalia a um valor situado

entre os 3% e os 4% do total das receitas da Sociedade.

4. A ESSÊNCIA DO ENSINO NA «V. O.»

Introduzidos estes elementos que se prendem mais com o aspecto quantitativo e pretendem realçar a dimensão atingida pelo ensino da «V. O.», passaremos a analisar a essência do ensino aqui praticado a fim de avaliar o seu carácter alternativo e os seus aspectos inovadores.

As escolas da Voz do Operário, ao invés de algumas escolas livres⁽¹³⁾, não adoptaram uma estratégia de ruptura total com o ensino praticado a nível oficial e submetia, por exemplo, os seus alunos a exame. A questão dos exames foi alvo de intensas polémicas internas e debatida variadíssimas vezes em assembleias gerais, prevalecendo como tendência dominante, não obstante existirem muitas vozes discordantes, a directriz de submeter os alunos a exame. No entanto, a leitura do jornal *Voz do Operário* permite-nos detectar uma crítica permanente aos exames que, geralmente, são considerados como um método pedagógico errado para avaliação dos conhecimentos, como uma «tortura para o cérebro da criança», como o «espelho de uma ciência artificial», etc. Não obstante todo este posicionamento teórico, deparamos no mesmo jornal com a aparente contradição de tomadas de posições revestidas de júbilo pelo facto dos alunos da «V. O.» terem sido aprovados nos exames.

Pensamos que é natural a forma como o problema dos exames é formulado do ponto

(13) Escolas ligadas ao movimento operário português que se identificavam, pelo menos teoricamente, com o ensino integral baseado em novos métodos pedagógicos introduzidos pelo pedagogo catalão Francisco Ferrer Guardia (1859-1909). Estas escolas estavam geralmente ligadas ao movimento anarco-sindicalista.

de vista da «V. O.» porque, se por um lado existe uma posição teórica de condenação dos exames, por outro existe uma posição estratégica de aceitação desses mesmos exames, uma vez que a estratégia pedagógica da «V. O.» consiste fundamentalmente em assumir um ensino diferente do oficial sem entrar em ruptura com este, ou por outras palavras, aceitando as regras do jogo impostas pelo ensino oficial. Por outro lado, a presença nos exames e a consequente obtenção de bons resultados servia para a «V. O.» justificar a qualidade do ensino ministrado nas suas escolas e argumentar a validade das inovações realizadas face ao ensino oficial, que era constantemente criticado no jornal *Voz do Operário*.

De facto, o nível de aprovações em exames dos alunos da «Voz do Operário» era muito elevado, situando-se constantemente entre os 85% e os 90% do número total de alunos propostos pela «V. O.» a exame, o que comprova, de certa forma, a qualidade do ensino praticado. No entanto, para melhor testarmos estatisticamente o peso da «Voz do Operário» no panorama do ensino primário, tomemos como exemplo o ano de 1910. Neste ano a «Voz do Operário» propôs a exame 718 alunos, o que constitui 10,7% de todos os alunos propostos a exame (do 1.º e 2.º grau) pelas escolas particulares e oficiais de Lisboa (6705 alunos). Pensamos ser, de facto, muito significativa a presença dos alunos da «V. O.» nos exames, talvez a comprovar os bons resultados de uma actividade pedagógica com preocupações inovadoras, como veremos ao longo do texto.

Em relação à religião, a posição da «V. O.» era de recusa frontal, considerando-se que o professor não deve tratar de religião mas sim colaborar para que as crianças desenvolvam a sua razão livremente e com estudos práticos. Esta foi sempre a posição da «V. O.», quer no período republicano quer no período monárquico, isto é, a defesa da escola laica.

É exemplar o artigo de Gomes Quinhones publicado no jornal *Voz do Operário* com o título «A educação» (11 de Outubro de 1891). Nesse artigo Quinhones cita Voltaire: «Se Deus não existisse era necessário inventá-lo» e Bakunine: «Sim, para os fanáticos o Deus é uma espécie de válvula de segurança.»

O ensino na «V. O.», relativamente ao ensino oficial era animado por preocupações inovadoras que se traduziam, entre outras coisas, na participação das crianças (alunos) a fim de melhor se desenvolver o seu espírito crítico e activo. Assim, o papel do professor obedeceria a alguns requisitos importantes tendentes a estimular um ensino «integral, participativo e racional». O professor deveria dominar muito bem a matéria ministrada a fim de a impor com segurança e competência, mas deveria ser o mais versátil possível possuindo conhecimentos complementares considerados básicos num ensino com características integrais. É nesta linha que a professora Maria Augusta nos afirmava que em sua opinião «Nem deveria ir para professor primário quem não tivesse jeito para o desenho». Com vista a estimular a participação dos alunos, o professor deveria evitar a explicação ininterrupta «ouvindo e fazendo falar os discípulos». Consideramos também ser muito inovador para a época em estudo a ausência total de castigo físico na «Voz do Operário». Segundo a professora Maria Augusta: «Eu sou do tempo da palmatória e nunca vi nenhuma dentro da «Voz do Operário». Existia à-vontade nas aulas e uma grande participação dos alunos.»

Embora insistamos em frisar a insuficiência de meios documentais que possibilitariam conclusões mais rigorosas, procuramos fornecer algumas ideias que resultaram de uma pesquisa de certa forma intensiva do material disponível ao nosso alcance, e pensamos ser pertinente avançar algumas conclusões possíveis que possam ser debatidas e aprofundadas em estudo posterior.

Tudo indica, na análise efectuada, que a «Voz do Operário» formava uma escola alternativa no sentido em que estava em sintonia com aspectos importantes da luta, necessidades e objectivos do movimento operário, pôs em prática algumas inovações pedagógicas da época (ensino participativo, racional, fomento do espírito crítico, etc.), sobretudo se tivermos em conta o período em que foi inaugurada a 1.ª escola, assumiu a sua diferença face ao ensino oficial sem, no entanto, assumir uma ruptura total com este.

Em relação à prática da moderna pedagogia proveniente do contributo dos intelectuais ligados ao movimento operário⁽¹⁴⁾, pensamos que apesar da «Voz do Operário» não levar às últimas consequências esta prática pedagógica e não poder ser considerado uma escola-modelo como o seria possivelmente, por exemplo, a Escola Oficina N.º 1, na Graça⁽¹⁵⁾; foi no entanto uma escola que sofreu grande influência da pedagogia moderna, principalmente no que se refere à prática de um ensino racional, integral (em maior ou menor grau), participativa, não-religioso e apertidário.

Através de antigos trabalhos de alunos que pudemos verificar em tempos na biblioteca da «Voz do Operário», bem como através do depoimento da nossa entrevistada pensamos que existiria na «Voz do Operário» uma forte preocupação de ligar os conhecimentos teóricos aos conhecimentos práticos, preocupação sempre presente na moderna pedagogia introduzida por Ferrer no sentido de formar «verdadeiros homens

e não apenas homens palavrosos». Convém também frisar o esforço sempre efectuado no sentido de uma maior diversificação do ensino, com a introdução da educação física, trabalhos manuais, educação musical, visitas de estudo, etc., métodos de ensino pouco usuais na época em estudo e considerados imprescindíveis pela pedagogia moderna.

Como defende Pere Salá (in Ferrer, 1978), não é tanto o peso em termos de dimensão-difusão, mas a importância (adopção) da educação racional que importa referir, e convém reter que este tipo de educação não foi estranha a sectores de vanguarda da classe operária de origem não-anarquista. Pensamos, que de facto é visível a influência da pedagogia moderna na «Voz do Operário», o que é natural se tivermos em conta que esta pedagogia estava muito enraizada nos intelectuais ligados ao movimento operário português, e que a «Voz do Operário» estava indissolúvelmente ligada a este movimento (apesar de tudo indicar que a tendência socialista era predominante na «Voz do Operário»), dadas as características da Sociedade, dos objectivos que se propunha e, não esqueçamos, dada a ligação estreita não só com os manipuladores de tabaco bem como com o operariado em geral (70 000 sócios).

Como vimos, a metodologia de ensino na «V. O.», a nível dos programas, tinha semelhanças com a do ensino oficial embora a grande distinção residisse na aplicação desses programas.

A «Voz do Operário» pretendia simultaneamente responder às necessidades que se prendem com as deficiências do ensino em Portugal, e criar uma alternativa ao existente a nível oficial. Relativamente às respostas às necessidades, a «V. O.» tinha bem presente que o movimento operário português tinha que tomar em suas mãos a tarefa de instruir os operários, e sobretudo os seus filhos. Em relação à alternativa de ensino, somos de opinião que a «Voz do Operário» tinha como objectivo principal a preparação

⁽¹⁴⁾ Que atingiram maior dimensão em Portugal e na Catalunha e elaboraram propostas pedagógicas no sentido de se iniciar pela raiz (crianças) o processo de transformação do mundo que estaria, deste ponto de vista, indissolúvelmente ligado à educação.

⁽¹⁵⁾ Referimos esta escola por ter sido apontada muitas vezes como a escola modelo do movimento operário português enquanto predominou a tendência anarco-sindicalista.

dos filhos da classe operária para atingirem «postos-chave» na futura sociedade portuguesa e aqui é que encontramos a razão de um certo «alinhamento» com os programas oficiais e com os exames. Pensamos que, por este motivo, o ensino na «Voz do Operário» incorpora-se num plano mais vasto a nível de toda a sociedade portuguesa, ou seja, faz parte integrante da luta de classes.

5. EPÍLOGO

Ao longo deste texto procuramos, acima de tudo, contribuir para uma melhor reflexão sobre o ensino não-oficial em Portugal até ao final da I República e a sua ligação directa com a luta e os objectivos do movimento operário português. Procuramos também dar conta da importância e dimensão da «Voz do Operário» neste contexto.

Este texto surge de certa forma ligado a outro publicado em *Análise Psicológica*, «Movimento Operário Português e Educação (1900-1926)» (Candeias, 1981), em que se propunha um aprofundamento das relações existentes entre o movimento operário português e as questões relativas à educação, centrando a atenção sobre a educação para crianças, ou seja, a escola primária.

Queremos frisar que este estudo está inacabado, tem como objectivo fornecer elementos pertinentes seleccionados numa recolha em função das hipóteses de pesquisa definidas e pretende ser apenas uma contribuição para um futuro desenvolvimento desta temática.

A proposta metodológica que lançaremos prende-se com a análise das escolas postas a funcionar pelos sindicatos ou por pessoas a eles ligados, e que têm a ver, afinal, com o objecto real específico a analisar em futuros trabalhos.

1. Análise dos programas pedagógicos existentes que eram (em princípio) levados à prática na(s) escola(s) em estudo.

2. Análise comparativa do Regulamento Interno e Estatutos da(s) Sociedade(s)/Sindicato(s) protomor(es) da(s) Escol(s), no que concerne à secção escolar.

3. Análise de todos os dados estatísticos respeitantes à escola bem como os Relatórios de Contas da(s) Colectividade(s) promotor da escola, a fim de analisar a importância atribuída ao sector escolar através, obviamente, da verba concedida.

4. Análise dos Relatórios Escolares existentes, que em princípio seriam elaborados anualmente.

5. Análise das actas existentes acerca das reuniões em que tenha sido focado o sector escolar e o aspecto pedagógico.

6. Análise da imprensa operária da época e das revistas de pedagogia.

7. Análise dos pedagogos que de uma forma ou outra influenciaram esta(s) escola(s).

8. Entrevistas a agentes envolvidos no processo em estudo.

Esta proposta metodológica resulta por um lado da experiência que adquirimos no decorrer da pesquisa e por outro de obstáculos que não conseguimos ultrapassar de momento, e esperamos sejam ultrapassados em futuros trabalhos a efectuar no âmbito desta problemática.

No que se refere às pistas de investigação propriamente ditas, pensamos que em relação ao estudo específico da «Voz do Operário», a investigação mais importante que está por fazer prende-se com o funcionamento e métodos pedagógicos exercidos nas escolas de contrato.

Num âmbito mais vasto, ou seja, a análise de outras escolas não-oficiais ligadas ao movimento operário português pensamos que, embora seja importante explorar outras pistas, a questão central reside sempre no questionamento do carácter alternativo do ensino praticado, devendo este carácter alternativo ser analisado não só do ponto de vista pedagógico mas também do ponto de vista social, a fim de averiguar a inovação

pedagógica por um lado e por outro as potencialidades de transformação social a partir de um novo método pedagógico, ou se quisermos, a partir de uma nova atitude e visão face ao ensino.

Para explorarmos a questão (central) do ensino alternativo, pensamos que é fundamental averiguar a atitude das escolas, e organizações que as promovem, face aos métodos pedagógicos e aos aspectos ideológicos subjacentes ao ensino praticado. Sendo assim, não é tanto a alfabetização que importa averiguar, mas sim a essência do carácter qualitativo da forma como se exerce a alfabetização.

RESUMO

Os autores procuram aqui enquadrar o ensino produzido pela sociedade «A Voz do Operário» na sua pesquisa sobre o ensino não-oficial na 1.ª República. Todo o artigo aponta para o facto de o ensino ministrado na «Voz do Operário» poder ser considerado política e pedagogicamente alternativo ao ensino oficial preconizado pela 1.ª República. No entanto, salienta-se o facto de os estudos sobre esta sociedade educativa operária serem ainda escassos, e preconiza-se, baseada numa série de pontos prévios, a necessidade de os aprofundar.

RÉSUMÉ

Les auteurs, dans cet article, essayent d'établir un rapport entre l'enseignement produit par la mutuelle ouvrière «A Voz do Operário» dans le début du siècle et l'éducation non officielle dans la Première République Portugaise (1910-1926).

Cet étude, en reconnaissant l'insuffisance d'informations sur le sujet, nous mène à la conclusion que l'enseignement et les perspectives pédagogiques dominantes à «A Voz do Operário» pouvaient être considérées comme des alternatives, soit du point de vue politique, soit du point de vue pédagogique dans l'enseignement officiel de l'époque.

BIBLIOGRAFIA

- CANDEIAS, A. (1981) — «O Movimento Operário Português e a Educação — 1900-1926», *Análise Psicológica*, n.º 1, série II.
- LIMA, A. (1933) — *Pedagogia Sociológica*, Lisboa, Ed. Couto Martins.
- MÓNICA, M. F. — «A questão do analfabetismo em Portugal — 1926-1939», *Análise Social*, 60.
- PITEIRA SANTOS — «A Fundação da Voz do Operário: do abstencionismo político à participação no Congresso Possibilista de 1889», *Análise Social*, 67, 68, 69.
- Sampaio, J. S. (1975) — *O Ensino Primário*, Lisboa, Gulbenkian.
- SANTOS, R. E. (1933) — *Três Anos na Grande Colmeia*, Lisboa, Ed. do Autor.
- SOLA, P. (1978) — *La Escuela Moderna*, Barcelona, Tusquets.
- VIEIRA, A. (1974) — *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova.
- VILLAVERDE CABRAL, M. (1977) — *O Operário nas Vésperas da República*, Lisboa, GIS.
- VILLAVERDE CABRAL, M. (1979) — *Portugal na Alvorada do Séc. XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- VILLAVERDE CABRAL, M. (1981) — *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Séc. XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.

Imprensa citada:

- A Batalha* (1919-1927) — Diário anarco-sindicalista.
- A Voz do Operário* (1909-1926) — Órgão dos manipuladores de tabaco e do operariado em geral.



INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

Torne-se leitor da Biblioteca do ISPA

(Rua Jardim do Tabaco, n.º 44, 1100 Lisboa, Telef. 86 31 84/5/6)

Últimas publicações periódicas recebidas:

- **AMERICAN PSYCHOLOGIST** — Vol. 42 (1), 1987
 - **L'ANNÉE PSYCHOLOGIQUE** — Fac. 4, 1986
 - **AUTREMENT** — n.º 88, 1987
 - **EUROPEAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY OF EDUCATION** — Vol. 1 (3), 1986
 - **EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL PSYCHOLOGY** — Vol. 17 (1), 1987
 - **JOURNAL OF PERSONALITY AND SOCIAL PSYCHOLOGY** — Vol. 52 (3) 1987
 - **NEUROPSYCHIATRIE DE L'ENFANCE ET DE L'ADOLESCENCE** — Ano 35, n.º 1, 1987
 - **ORIENTAMENTI PEDAGOGICI** — Ano 33, n.º 5, 1986
 - **PERCEPTION & PSYCHOPHYSICS** — Vol. 40 (5), 1986
 - **REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE** — N.º 3, 1986
-

HORÁRIO: Das 9 às 21 horas